

IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APOIO:



Sessão Temática ST3: Políticas públicas, dinâmicas demográficas e planejamento urbano e regional

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO: A ESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS DE CUSTOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: ANÁLISE NA ÁREA DA SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DO RS

ELABORACIÓN DEL PRESUPUESTO PÚBLICO: LA ESTRUCTURACIÓN DE LOS CENTROS DE
COSTOS COMO HERRAMIENTA DE GESTIÓN: ANÁLISIS EN EL ÁREA DE SALUD EN UN
MUNICIPIO DE RS

PREPARATION OF THE PUBLIC BUDGET: THE STRUCTURING OF COST CENTERS AS A
MANAGEMENT TOOL: ANALYSIS IN THE AREA OF HEALTH IN A MUNICIPALITY IN RS

Patricia Luiza Schuh¹, Euselia Pavaglio Vieira²

¹Mestre do PPGDR da Unijuí; Professora curso Ciências Contábeis da Unijuí

² Professora do PPGDR da Unijuí

Palavras-chave: Orçamento e Finanças Públicas. Planejamento. Gestão Pública. Políticas Públicas.

Palabras clave: Presupuesto y Finanzas Públicas. Planificación. Gestión Pública. Políticas Públicas.

Keywords: Budget and Public Finances. Planning. Public Management. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A contabilidade pública traz consigo grandes desafios, dentre estes, pode-se citar o planejamento, gestão com eficiência, eficácia, economicidades (Assumpção, 2011). Este estudo apresenta a caracterização do processo orçamentário municipal na área da saúde, caracterizando o atual processo de elaboração, monitoramento e execução orçamentária com base histórica, propondo a organização de centros de custos e a estruturação do orçamento público, proporcionando aos gestores uma ferramenta que auxilie na tomada de decisões e oferecendo serviços públicos com eficiência, eficácia e economicidade, por meio da execução das políticas públicas municipais.

O governo federal, em atenção especialmente ao disposto na LRF, deu seguimento ao esforço iniciado em 2005, com a criação da comissão interministerial voltada ao estudo, visando à implantação do sistema de custos. Em 2011, por meio de portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foi criado o Sistema de Custos do Governo Federal, que se encontra em operação (Giacomoni, 2019). A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Brasil, 2000) não pode ser mais categórica ao determinar: “[...] a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”.

Os entes públicos convivem continuamente com a escassez de recursos para desenvolver políticas públicas. A esfera municipal depende de repasses dos Governos Estadual e Federal

